

GOVERNANÇA CORPORATIVA: OS DIFERENTES MECANISMOS DE CONTROLE PARA ORGANIZAÇÕES COM E SEM FINS LUCRATIVOS¹

Raiziane Cassia Freire Da Silva², Rosane Maria Seibert³.

¹ Projeto de Iniciação Científica realizado na URI Santo Ângelo

² Bolsista de Iniciação Científica; Graduanda do 9º semestre do curso de Ciências Contábeis na URI-Campus Santo Ângelo; E-mail raifreire@hotmail.com

³ Doutoranda em Ciências Contábeis na UNISINOS; Professora do depto de Ciências Sociais Aplicada na URI-Campus Santo Ângelo; Orientadora, e-mail rseibert@santoangelo.uri.br

1 INTRODUÇÃO

O estudo da governança corporativa vem sendo realizado com maior profundidade, principalmente a partir dos escândalos financeiros do final do século XX e início do século XXI (SILVA, 2012). O mercado está bastante competitivo, o que requer preparo das organizações para se manterem participativas (MACHADO FILHO, 2011), por isso, são vários os caminhos percorridos em busca do sucesso empresarial e este perpassa pelos resultados econômicos, financeiros e sociais. Assim, as organizações se veem com necessidades diversas, dentre elas as relacionadas à governança corporativa (SILVA, 2012), como por exemplo, o uso de mecanismos de controle para minimizar os problemas de agência e ter um bom relacionamento com seus stakeholders (SILVEIRA, 2010), que são aqueles que tem poder para legitimar as organizações (PARMAR, et al., 2010). Os investidores nos diversos tipos de empreendimento buscam ter garantias de que seus recursos serão aplicados em ativos rentáveis e seguros (SHLEIFER E VISHNY, 1997; NASCIMENTO; BIANCHI; TERRA, 2007), isto no caso de investimentos nas organizações com fins lucrativos. Quanto as organizações do terceiro setor, o objetivo é social, então, existe a necessidade de monitorar o uso dos recursos angariados e/ou recebidos por prestação de serviços com assistência social, educação ou saúde, no sentido de que eles sejam reinvestidos no objeto da própria instituição (SHLEIFER E VISHNY, 1997; HERRERO; CRUZ; MERINO, 2002). Diante desse cenário, surgem as questões que motivaram esta pesquisa: Como as organizações com e sem fins lucrativos se comportam em relação ao uso dos mecanismos de controle da governança? Quais são as principais diferenças entre os mecanismos utilizados por uma e por outra organização?

2 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, descritiva e exploratória, (VERGARA, 2010) desenvolvida em dois momentos. Primeiramente, através de pesquisa bibliográfica em materiais especializados, foi feita a fundamentação teórica e no segundo momento ocorreu a pesquisa documental e observação não participante nos sítios de internet das organizações selecionadas. Também, foi realizada a pesquisa documental nos sítios de Instituições como Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo – BM&FBovespa, da Comissão de Valores Monetários – CVM, no portal do Ministério da Justiça. O universo dessa pesquisa é composto por todas as organizações

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

com e sem fins econômicos localizadas no Rio Grande do Sul. Entretanto, deste universo foram selecionadas somente as organizações que possuem páginas eletrônicas de Internet e. Além disso, no caso das organizações com fins lucrativos selecionou-se apenas as não financeiras que negociam suas ações na BM&FBovespa, o que culminou numa listagem de 35 organizações, porém 2 (duas) delas foram desconsideradas por estarem com registro cancelado, ficando a amostra final com 33 organizações. No que tange as organizações sem fins lucrativos, além de estarem localizadas no Rio Grande do Sul, foram selecionadas as mantenedoras das IES – Instituto de Ensino Superior e as classificadas como Educacional e com o título de Entidade Pública. A relação das mantenedoras foi obtida através do site do Ministério da Educação e das demais organizações, no site do Portal do Ministério da Justiça. Desse modo, a amostra ficou composta de 60 organizações sem fins lucrativos. A análise dos dados coletados foi realizada através de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações que por intermédio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo possibilitam a inferência de conhecimentos relativos às variáveis inferidas das mensagens. Por essa técnica, verificou-se a existência dos mecanismos de controle nas organizações.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa empírica procurou identificar a utilização dos mecanismos de governança encontrados na literatura pelas organizações com e sem fins lucrativos. Na tabela 1 são apresentados os dados obtidos, estando discriminados na primeira coluna os mecanismos de governança, na segunda e na terceira coluna estão os resultados encontrados nas organizações com fins lucrativos e sem fins lucrativos, respectivamente. Os mecanismos de governança apresentados no referencial teórico e não evidenciados na tabela abaixo, não foram identificados na pesquisa empírica.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

MECANISMOS	OCFL	OSFL
Assembleia Geral	Existente em todas as organizações verificadas, justificado pelas exigências legais que regem as S/A de capital aberto.	Somente 4 organizações destacaram a existência deste mecanismo em sua estrutura organizacional.
Auditoria Independente		Apenas 5 organizações mencionaram ser auditadas por auditores independentes.
Conselho Administrativo (ou Equivalente)	Presente em todas as organizações, devido às exigências legais pertinentes as S/A de capital aberto.	Evidenciada em 31 organizações, tendo sido encontrado mais o Conselho Deliberativo. Mas, 1 organização destacou em sua estrutura a presença de Conselho Deliberativo, Conselho Administrativo e Conselho Consultivo; Outra citou a existência de Conselho Superior e Conselho Técnico-Científico; e 2 citaram a constituição de Conselho Deliberativo e Conselho Diretor.
Conselho Fiscal (ou Equivalente)	Devido à ausência da exigência legal para seu funcionamento permanente, somente 16 organizações apresentaram o uso deste mecanismo, sendo a maioria aquelas que participam de algum dos segmentos de governança da BM&FBOvespa como, por exemplo, do Novo Mercado.	Mecanismo identificado na estrutura organizacional de 26 organizações.
Comitê de Auditoria	Identificado em apenas em 3 organizações, enquadradas no Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBOvespa. Cabe ressaltar que o comitê de auditoria não é obrigatório no Brasil, no entanto é obrigado nos Estados Unidos abrangendo também, as empresas de outras nacionalidades que negociem ações naquele mercado (ROSSETTI E ANDRADE, 2011).	Não foi identificada em nenhuma das organizações pesquisadas.
Outros Comitês (ou Comissões)	Ao contrário do comitê de auditoria, um número maior de organizações, 11, possuem outros comitês como mecanismo interno. Entre os encontrados, os mais frequentes foram os comitês de ética, de estratégias, executivo, de sustentabilidade e de gestão de risco.	Nas OSFL, a denominação usada é Comissão e foi encontrada em 5 delas. Somente 2 apresentaram um tipo de comissão (Comissão de Planejamento e Desenvolvimento; Comissão de Assuntos Econômicos), as demais apresentaram a existência de mais comissões na sua estrutura, como é o caso de uma que destacou a presença de 10 comissões (Economia e Finanças; Eventos e Memorial; Liderança; Nacional, Internacional e Expansão; Normas; Planejamento Estratégico; Plano Diretor e Obras; Recursos Humanos; Sindicância; Comissão Especial de Negociação).
Sistema de Remuneração	Foi identificado em 15 organizações o uso de sistema de remuneração de curto e longo prazo tanto para os conselheiros quanto para seus diretores.	Somente 2 organizações informaram a existência de sistema de remuneração.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Uso dos mecanismos pelas OCFL versus as OSFL

Auditoria Interna e Controladoria	Poucas organizações indicaram possuir auditoria interna ou controladoria, porém a auditoria interna demonstrou ser um mecanismo mais utilizado quando comparado com a controladoria. Foram detectadas 11 organizações que dispõem deste mecanismo enquanto somente 7 possuem controladoria. Além disso, com exceção de 3, as demais organizações não utilizam os dois mecanismos concomitantemente.	Situação semelhante com a ocorrida nas OCFL, a auditoria interna e controladoria foram pouco evidenciadas, porém, neste caso, a presença da controladoria foi maior comparado a auditoria interna, pois 6 organizações destacaram a presença da primeira enquanto 3 a existência da segunda. Não foi identificado o uso dos mecanismos simultaneamente.
Normas Internas	Todas as organizações demonstraram utilizar algum tipo de norma interna como, por exemplo, sistema de controle interno, regimentos internos, código de conduta, de ética, cláusula compromissória de resolução de conflito.	Apenas 2 organizações evidenciaram a existência de normas, sendo identificado o código de ética em uma e normas de convivência em outra.
Prêmios e Certificações	Mesmo sendo apresentado na literatura como um mecanismo de governança de uso das organizações sem fins não lucrativos, foi possível identificá-lo em 23 OCFL. Desse total, 10 possuem prêmios e certificações, como por exemplo, prêmios de melhor governança, sustentabilidade, ranking de transparência, certificação ISO 14001, ISO 9001 entre outros. As demais indicaram possuir um ou outro.	O recebimento de prêmios foi destacado por 8 organizações, sendo que, apenas 2 destacaram possuir certificações ISO 9001 e de responsabilidade social.
Relacionamento com os Stakeholders	Neste indicador foi considerado o envolvimento da organização com a comunidade, os projetos e políticas sociais internos e externos, os culturais e os ambientais, os canais de atendimento ao público de interesse, canal de denúncia, ouvidoria, entre outros. Em todas as organizações verificadas foram identificadas formas de relacionamento com seus stakeholders.	Todas as organizações apresentam alguma forma de relacionamento com seus stakeholders. No entanto, os mais identificados foram canais de atendimento, ouvidoria e rede sociais.
Nível de Governança da BM&FBovespa	Da amostra utilizada somente 12 organizações fazem parte de algum dos segmentos da BM&FBovespa, sendo 4 pertencente ao Novo Mercado, 5 do N1 de Governança, 2 do N2 e 1 do Bovespa Mais.	Não cabe para este tipo de organização.

Uso dos mecanismos pelas OCFL versus as OSFL

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Apesar da teoria não citar como mecanismo de governança, o relacionamento da organização com os seus stakeholders é um importante fator a ser considerado por investidores e interessados em investir nelas. Isto porque, o bom desempenho da organização está ligado com a boa relação com seus stakeholders, devendo eles ser reconhecidos e considerados tanto na estrutura e política organizacional da organização, quanto na tomada de decisão (SILVEIRA, 2010). Igualmente acontece com o Nível de Governança da BM&FBovespa, que também não é identificado como um mecanismo de governança, porém é uma forma das organizações com fins lucrativos demonstrarem aos investidores e demais interessados seu nível de governança. Diante das evidências apresentadas se percebe a existência de mecanismos passíveis de uso por qualquer tipo de organização, como por exemplo, auditoria interna, controladoria, normas internas, prêmios e certificações, sistema de remuneração, além daquelas que já são mencionadas em outros estudos teóricos (HUDSON, 1999; BECHT et al, 2002; HERRERO et al, 2002; CARVALHAL DA SILVA, 2006; GILAN, 2006; IBGC, 2009; MACHADO FILHO, 2011; ROSSETTI E ANDRADE, 2011; SILVA, 2012). Dos mecanismos utilizados na investigação, apenas o Nível de Governança da BM&FBovespa não se enquadra em ambas organizações por ser de uso somente das organizações com fins lucrativos. No entanto, poderá servir de inspiração para criação de um mecanismo com a mesma finalidade destinado para as organizações sem fins lucrativos, adequado conforme as particularidades que envolvem esse tipo de organização. O Comitê de Auditoria foi identificado somente em algumas organizações com fins lucrativos, porém, esse mecanismo não se limita apenas a essas organizações, podendo, também, ser usado como mecanismo pelas organizações sem fins lucrativos, apesar de não ter sido identificado em nenhuma das OSFL pesquisadas. No que tange a adesão dos mecanismos de governança, no caso das organizações sem fins lucrativos, onde não há exigências legais, notou-se ser mínima a presença dos mecanismos. Os mecanismos de uso mais frequente são os Conselhos (Deliberativo, Diretor, Consultivo e Fiscal). Por sua vez, para as OCFL há exigências legais que devem ser observadas e cumpridas, por isso, a utilização dos mecanismos é maior quando comparado com o uso feito pelas OSFL. E, apesar da existência de mecanismo se sobressair nas OCFL, se percebe que a grande maioria preocupa-se em atender as normas legais e deixa de implantar outros mecanismos de igual relevância para minimização dos riscos organizacional e para assegurar melhor tomada de decisão. A situação evidenciada chama a atenção para fragilidade do sistema de governança nas OSFL e quanto ainda há de melhorar o sistema de governança das OCFL. Evidentemente as OCFL encontram-se numa fase mais avançadas, não obstante é fundamental despertar a consciência para importância do uso dos mecanismos de governança para sustentabilidade da organização, reduzindo conflitos de interesses entre proprietários, investidores, gestores, agentes sociais e governo, bem como a assimetria informacional existente entre as partes interessadas, e assim ganhando a confiança de todos os stakeholders, conquistando (mantendo ou recuperando) sua legitimidade e podendo evitar os custos políticos derivado da pressão social (AKERLOF, 1970; JENSEN E MECKLING, 1976; WATTS E ZIMMERMAN, 1978; LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995; O'DONOVAN, 2002; IBGC, 2009; MACHADO FILHO, 2011; ROSSETTE E ANDRADE, 2011; ROVER et al, 2012; SILVA, 2012).

4 CONCLUSÃO

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

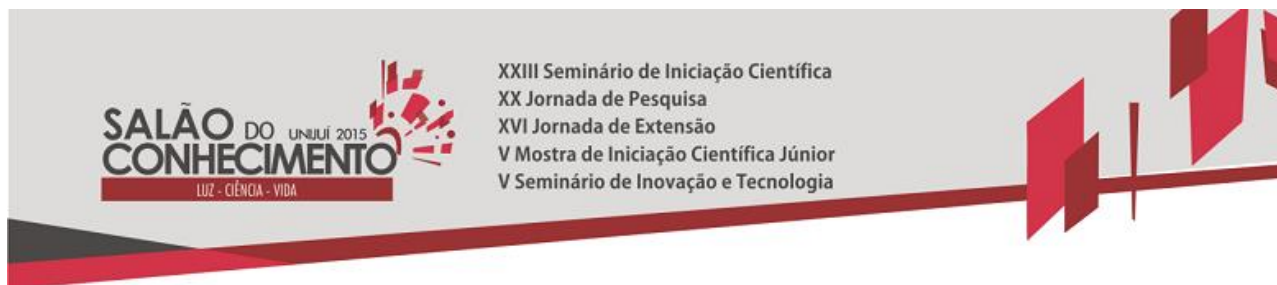
Através desse estudo, evidencia-se a existência de algumas peculiaridades entre as organizações com e as sem fins lucrativos, transformando-se, muitas vezes, em desafios a serem enfrentados pela gestão de cada uma. Isto impacta nos mecanismos de controle de cada tipo de organização, uma vez que se encontrou mecanismos distintos de acordo com os fins da organização, como por exemplo, o mercado de capitais para OCFL e o mercado de doações para as OSFL. Além disso, os estudos teóricos apresentam poucos mecanismos à disposição das OSFL comparados aos vários mecanismos de controle que podem ser utilizados nas OCFL. Mas também, mostra que alguns mecanismos são indicados para qualquer uma das organizações, como é o caso da proteção legal, conselhos, auditoria independente, dentre outros, assim como existem alguns mecanismos que não são mencionados teoricamente e funcionam bem na prática, como é o caso do relacionamento com os stakeholders e o nível de governança da BM&FBovespa, no caso das OCFL. Ainda, teoricamente são vários os mecanismos que podem ser utilizados pelas OCFL, porém, na prática essas organizações se detêm apenas aos que são exigidos pela lei ou normas do mercado, deixando de aproveitar os possíveis benefícios proporcionados pelos demais. E no caso das OSFL, que não dispõem de exigências legais, a adesão dos mecanismos é baixa, demonstrando fragilidade e necessidade de melhoria no sistema de governança delas.

4 PALAVRA-CHAVE

Governança Corporativa; Governança no Terceiro Setor; Mecanismos de Controle

REFERÊNCIA

- AKERLOF, George A. The market of lemons: quality, uncertainty and the market mechanism. Quarterly Journal of Economics, vol. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; ROELL, Ailsa. Corporate governance and control. 2002. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=343461> Acesso em: 03 out. 2013.
- CARVALHAL DA SILVA, André Luiz. Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma. São Paulo: Saraiva, 2006.
- HERRERO, Gabriel De La Fuente.; CRUZ, Natalia Martín.; MERINO, Elena Romero. The non residual claim problem in non-profit organizations. 2002.
- HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor: O desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 2009.
- JENSEN Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. Journal of Financial Economics, p. 305-360, 1976.
- LINDBLOM, Cristi. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. 1994.
- MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações. São Paulo: Cengage Learning, 2011 (reimp. da 1. ed. 2006)



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

NASCIMENTO, Auster Moreira; BIANCHI, Márcia; TERRA, Paulo Renato Soares. A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa: Evidências de uma survey comparativa entre empresas de capital brasileiro e norte-americano. ABCustos Associação Brasileira de Custos, v. 2, n. 2, p. 82-108, 2007.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. Accounting, Auditing & Accountability Journal, vol. 15, nº. 3, p. 344-371, 2002.

PARMAR, Bildhan L.; FREEMAN, R. Edward.; HARRISON, Jeffrey S.; WICKS, Andrew C.; PURNELL, Lauren; COLLE, Simone de. Stakeholder theory: The state of the art. The academy of management annals, v. 4, n. 1, p.403-445, 2010.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROVER, Suliani; TOMAZZIA, Eduardo Cardeal; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. Revista de Administração, v. 47, nº. 2, abr./maio/jun. 2012, p. 217-230.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. The Journal of Finance, vol. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, Edson Cordeiro da. Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. Academy of Management Review, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Towards a positive of the determination of accounting standards. The Accounting Review, v. 53, nº 1, p.112-134, 1978